



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “a”, Lei 14.133/21).

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de um **VEÍCULO NOVO 0 KM, UTILITÁRIO TIPO PICAPE/CAMINHONETE**, de tração dianteira, ano 2025 modelo 2026, de fabricação nacional, na cor branca, conforme especificações técnicas mínimas estabelecidas neste Termo de Referência, destinados ao atendimento da Secretaria Municipal de Agricultura.

1.2. O veículo deverá ser entregue com todos os equipamentos e acessórios originais, observadas as especificações técnicas mínimas deste documento, acompanhado de documentação, manuais, garantias e demais exigências legais e regulamentares aplicáveis.

1.3. A descrição do item, estimativa de quantidade e valor unitário e total está listada no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTD	VLR TOTAL
01	VEÍCULO NOVO 0 KM, UTILITÁRIO TIPO PICAPE/CAMINHONETE , de tração dianteira, ano 2025 modelo 2026, de fabricação nacional, na cor branca, com motorização mínima de 1.3, com no mínimo 8 válvulas, cilindradas mínimas de 1.300 cm³, motor com no mínimo 4 cilindros, câmbio manual com no mínimo 5 marchas, direção elétrica, freios com sistema ABS, suspensão elevada com a traseira com eixo ômega e molas parabólicas, distância entre eixos mínima de 2,737 metros, altura mínima de 1.608 mm, largura mínima de 1.732 mm e comprimento mínimo de 4.474 mm, capacidade de carga de 720 kg ou mais, tanque de combustível com capacidade mínima de 55 litros, pneu aro mínimo de 15” com rodas de ferro e calotas originais, a gasolina com no mínimo 98 cv de potência e a etanol com no mínimo 107 cv, com capacidade de 2 lugares com airbag duplo, auxiliar de arrancadas em subidas, bancos de tecido preto e apoio de cabeça com regulagem de altura, banco do motorista com regulagem de altura, caçamba com capacidade mínima de 1.354 litros e protetor, estepe em dimensões normais, porta escadas, luz de iluminação, ganchos para amarração de carga e sistema de alívio de peso na tampa, sistema de amortecimento e fechadura elétrica, barra de proteção no vidro traseiro, console central com porta objetos e porta copos e porta objetos nas portas, mínimo de uma tomada 12v, computador de bordo, hodômetro digital, indicador de combustível, indicador de troca de marcha, conta giros, cinto de segurança retrátil de 3 pontas com regulagem de altura, controle eletrônico de estabilidade, para-choque traseiro com estribos antiderrapantes, retrovisores com comando interno mecânico e repetidores de seta, volante com regulagem de altura, ar-condicionado de fábrica, vidros e travas elétricas de fábrica, alarme e comando elétrico de abertura da tampa do combustível e cabeamento e chicote preparados para rádio. Observadas todas as demais especificações e equipamentos exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro, com garantia mínima de 10 (dez) anos, a ser fornecida por concessionária autorizada pela fábrica ou pelo próprio fabricante.	01	R\$ 92.622,44

1.5. Valor estimado para o Pregão Eletrônico é de até **R\$ 92.622,44 (noventa e dois mil, seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos)**.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “b”, Lei 14.133/21).

2.1. A presente contratação encontra amparo na Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos. A Administração Pública deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e transparência, bem como o planejamento prévio das contratações.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

2.2. A aquisição do veículo utilitário tipo picape/caminhonete permitirá a ampliação da capacidade operacional do setor, assegurando maior eficiência, segurança e agilidade no deslocamento de equipes e no suporte às demandas do meio rural. Trata-se de medida que contribui diretamente para o aprimoramento dos serviços públicos prestados à comunidade agrícola, refletindo em benefícios econômicos e sociais para o Município.

2.3. A definição das especificações técnicas do veículo considerou critérios de adequação ao uso em estradas rurais, capacidade de carga, segurança, durabilidade e disponibilidade de assistência técnica, garantindo que o objeto contratado seja compatível com a realidade operacional e com as necessidades permanentes da Secretaria.

2.4. A contratação também observa princípios administrativos como planejamento, eficiência, economicidade, transparência e interesse público, assegurando que os recursos municipais sejam aplicados de forma responsável e direcionados a ações de impacto efetivo.

2.5. Dessa forma, a aquisição justifica-se por sua relevância para o fortalecimento das ações de apoio ao desenvolvimento agrícola, contribuindo para o aprimoramento da infraestrutura pública e para a melhoria contínua da prestação dos serviços oferecidos aos produtores rurais.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, XXIII, “c”, Lei 14.133/21).

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 07), apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d”, Lei 14.133/21).

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizados em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (item 03), apêndice deste Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (art. 6º, XXIII, “e”, Lei 14.133/21).

5.1. A execução do objeto ocorrerá mediante fornecimento e entrega de bens devidamente novos, fabricados no ano da aquisição ou no ano imediatamente anterior, sem uso prévio, com quilometragem compatível com a entrega de veículo novo, livres de quaisquer ônus ou encargos, acompanhados de todos os acessórios, manuais e certificados exigidos pelo fabricante e pela legislação vigente.

5.2. O fornecimento será realizado pela empresa vencedora do certame, que ficará responsável por:

- a) realizar a entrega no prazo estipulado no edital, contados da data de emissão da ordem de fornecimento;
- b) efetuar o transporte até o local designado pela Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues/SP, em perfeitas condições de transporte;
- c) apresentar a documentação de propriedade e regularidade do veículo, incluindo Certificado de Registro e Licenciamento (CRLV), com primeiro registro em nome do Município;
- d) fornecer nota fiscal contendo as especificações do item fornecido, em conformidade com as exigências do Termo de Referência e da proposta vencedora.

5.3. A entrega e o recebimento do objeto serão acompanhados e fiscalizados por servidor designado pela Administração, que verificará:

- a) conformidade com as especificações técnicas;
- b) funcionamento adequado de todos os sistemas e equipamentos;
- c) ausência de avarias ou defeitos aparentes;
- d) apresentação de garantias e manuais.

5.4. O **recebimento provisório** ocorrerá no ato da entrega, mediante termo circunstanciado ou recibo.

5.5. O **recebimento definitivo** ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante verificação da conformidade das especificações técnicas, da documentação e do funcionamento dos bens, e mediante termo circunstanciado ou declaração formal emitida pelo fiscal ou gestor do contrato.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

5.6. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo, mediante apresentação da nota fiscal atestada pelo setor competente, observados os prazos previstos no edital e a disponibilidade orçamentária, e de acordo com as condições previstas, **critérios de medição e pagamento**.

5.7. Todas as despesas com transporte, seguro, impostos, emplacamento, licenciamento e demais encargos até a entrega definitiva serão de inteira responsabilidade da contratada, não cabendo ao Município qualquer custo adicional além do valor contratado.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, “f”, Lei 14.133/21).

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, em conformidade com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências da inexecução total ou parcial (art. 115, caput).

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, registrando-se a circunstância por meio de simples apostila (art. 115, §5º).

6.3. As comunicações entre a Administração e a contratada serão realizadas por escrito, admitindo-se, em casos específicos, o uso de mensagem eletrônica.

6.4. A Administração poderá convocar representante da contratada para adoção de providências que demandem cumprimento imediato.

6.5. A gestão do contrato será exercida por servidor(es) designado(s) pela Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, incumbindo-lhes acompanhar e fiscalizar a execução, registrar ocorrências, determinar correções, atestar recebimento provisório e definitivo e adotar medidas necessárias à boa execução.

6.6. A contratada deverá efetuar a entrega do item no prazo de **10 (dez) dias corridos**, contados da emissão da autorização de fornecimento ou documento equivalente.

6.7. **Local e horário de entrega:** Rua São Paulo, nº 321, prédio da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues/SP, exclusivamente em dias úteis, das 07h30 às 11h00 e das 13h00 às 15h30, mediante agendamento prévio com o setor responsável.

6.8. Compete à contratada garantir que os bens sejam entregues em perfeitas condições de uso, acompanhados de toda a documentação e acessórios exigidos no Termo de Referência, no edital e em sua proposta, arcando com custos de transporte, seguro, impostos, emplacamento, licenciamento e demais encargos até o recebimento definitivo.

6.9. A Administração reserva-se o direito de alterar a programação até 24 (vinte e quatro) horas antes do prazo de entrega.

6.10. Na falta dos bens programados, a contratada deverá comunicar à Administração, por escrito, telefone ou e-mail, até às 08h00 do dia anterior à entrega, informando o motivo da indisponibilidade.

6.11. O fiscal do contrato, ou seu substituto, acompanhará a execução (art. 117, caput), anotando em registro próprio todas as ocorrências, determinando correções necessárias (§1º), informando à autoridade superior fatos que ultrapassem sua competência (§2º) e exigindo reparação ou substituição do objeto em caso de vícios ou defeitos (art. 119).

6.12. O contratado responderá por danos causados à Administração ou a terceiros em razão da execução, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização exercida pelo contratante (art. 120).

6.13. O contratado será o único responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução (art. 121, caput), sendo vedada a transferência dessa responsabilidade à Administração (§1º).

6.14. Antes do pagamento, será verificada a situação da contratada junto ao SICAF, exigindo-se, se necessário, Certidão Negativa de Débito relativa a Créditos Tributários Federais e Dívida Ativa da União, Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.15. O gestor do contrato manterá atualizado o histórico de execução, reunindo registros de ordens de serviço, ocorrências, alterações e prorrogações, acompanhando relatórios dos fiscais e informando à autoridade superior sobre ocorrências que exijam providências.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

6.16. O gestor verificará a manutenção das condições de habilitação, anotará problemas que possam obstar pagamentos e emitirá documento de avaliação do desempenho da contratada, registrando-o no cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17. Caso necessário, o gestor providenciará a instauração de processo administrativo para aplicação de sanções (art. 158).

6.18. Ao final da execução, o gestor elaborará relatório conclusivo sobre o cumprimento do objeto e eventuais melhorias a serem adotadas pela Administração.

6.19. **Garantia, manutenção e assistência técnica:** aplicam-se as garantias previstas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e as adicionais previstas no edital, assegurado a garantia do fabricante caso seja mais benéfica ao município.

6.20. **É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto**, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades cabíveis.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, “g”, Lei 14.133/21).

7.1. Por se tratar de fornecimento de bens, a medição será realizada em etapa única, no ato do recebimento definitivo, quando verificada a conformidade do objeto com as especificações técnicas, condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência, no edital e na proposta vencedora.

7.2. As disposições quanto ao recebimento provisório e definitivo constam do item 5 deste Termo de Referência, e as condições de entrega estão previstas no item 6.

7.3. O pagamento será efetuado **em parcela única**, mediante apresentação de **nota fiscal** ou fatura atestada pelo gestor/fiscal do contrato, em até **30 (trinta) dias úteis**, observada a ordem cronológica de exigibilidade e o prazo máximo de pagamento fixado no edital, desde que:

- a) o objeto tenha sido entregue em conformidade com o pactuado;
- b) tenham sido cumpridas todas as obrigações contratuais;
- c) haja comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas, inclusive regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária;
- d) esteja disponível a dotação orçamentária correspondente.

7.4. As notas fiscais ou documentos equivalentes deverão conter a identificação da licitação e ser encaminhados para o e-mail nfe@candidorodrigues.sp.gov.br.

7.5. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.6. Considera-se como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

7.7. Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

7.8. Independentemente do percentual de tributo indicado na planilha de custos, quando houver, serão retidos na fonte, no momento do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.9. A contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, desde que apresente documentação comprobatória atualizada que demonstre fazer jus ao tratamento tributário favorecido.

7.10. Será considerado atraso no pagamento quando, transcorridos **2 (dois) meses** da emissão da nota fiscal ou documento equivalente, não tiver ocorrido o adimplemento pela Administração.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará suspensa até que a contratada adote as medidas necessárias à regularização, reiniciando-se o prazo de pagamento após a comprovação da regularização, sem ônus para a Administração.

7.12. Constatada irregularidade fiscal, trabalhista ou previdenciária da contratada antes da entrega definitiva do objeto ou da liquidação do pagamento, esta será **notificada por escrito** para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou apresente defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração poderá reter o pagamento e comunicar o fato aos órgãos competentes, inclusive quanto à inadimplência e à existência de valores pendentes de pagamento.

7.14. Persistindo a irregularidade antes do recebimento definitivo, a Administração poderá não receber o objeto ou rescindir o contrato, mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva entrega e recebimento definitivo do objeto, e estando a contratada regular, o pagamento será realizado normalmente, observado o prazo e as condições previstas no edital e neste Termo de Referência.

8. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, “h”, Lei 14.133/21).

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento de acordo com o que consta no edital de abertura e no Anexo I – Termo de Referência.

8.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1. Habilitação Jurídica:

8.12.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

8.12.1.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.12.1.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.4. **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País:** decreto de autorização para funcionamento no Brasil;

8.12.1.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;

8.12.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.13. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.13.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.13.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.13.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.13.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante apresentação de certidão expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do fornecedor;

8.13.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.13.8. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.13.8.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

8.14. Habilitação técnica:

8.14.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens de características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta contratação, mediante apresentação de atestados ou certidões emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou ainda de documentos equivalentes, que demonstrem experiência anterior em fornecimento similares ao objeto licitado.

8.14.1.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.14.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.15. Outras comprovações:

8.15.2. Declaração de que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras; e de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal; que os sócios/proprietários da empresa não possuem parentesco por consanguinidade ou afinidade até 3º grau com qualquer servidor público ou dirigente da Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues, responsável(is) pela licitação; que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas; que suas propostas econômicas compreendem a integridade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas; que conhece e aceita todas as condições constantes da licitação em referência, bem como de seus Anexos, e que, desse modo, cumprimos plenamente a todos os requisitos necessários à habilitação e participação no mesmo; que inexistente fato impeditivo para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, e que a mesma não foi declarada inidônea pelo Poder Público, em nenhuma esfera e não está suspensa para licitar ou contratar com a Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes, conforme **Anexo III**.

8.15.3. Declaração do responsável pela assinatura do instrumento contratual, conforme **Anexo V**.

8.15.4. **Apresentar catálogo ou folheto técnico** emitido pelo fabricante ou pelo fornecedor, contendo descrição detalhada, especificações técnicas, imagens e demais características dos produtos ofertados (veículo), de forma a comprovar que atendem integralmente às exigências deste Termo de Referência.

8.15.5. O catálogo poderá ser apresentado em meio físico ou digital, desde que legível e contendo a identificação do fabricante.

8.15.6. Em caso de documento em idioma estrangeiro, deverá ser acompanhado de tradução simples para a língua portuguesa.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “i”, Lei 14.133/21).



Prefeitura do Município de Cândido Rodrigues

Estado de São Paulo

9.1. A estimativa do valor da presente contratação foi elaborada em conformidade com o disposto no art. 23, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, considerando-se, prioritariamente, os preços praticados no mercado, obtidos por meio de pesquisas junto a, no mínimo, três fontes distintas, contemplando:

- a) consulta a fornecedores especializados;
- b) pesquisa em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- c) valores de contratações similares realizadas por outros entes públicos, disponíveis em bases oficiais, como o PAINEL DE PREÇOS DO GOVERNO FEDERAL e o PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP.

9.2. Foram observados os princípios da economicidade, da eficiência e da busca da proposta mais vantajosa para a Administração, excluídos preços excessivos ou inexequíveis, e consideradas as características específicas do objeto.

9.3. A composição final da estimativa resultou nos seguintes preços de referência:

01. Um veículo automotor, tipo Picape: R\$ 92.622,44 (noventa e dois mil, seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos).

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, “j”, Lei 14.133/21).

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, conforme quadro abaixo:

Código da Ficha 185	
Órgão	01 - Prefeitura Municipal de Cândido Rodrigues
Unidade	02 - Poder Executivo
Dotação	20.606.0007.2024.00004.4.90.52.00
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

10.2. A execução orçamentária e financeira observará a disponibilidade de recursos, nos termos da Lei nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e da Lei Orçamentária Anual vigente.

Cândido Rodrigues/SP, em 12 de novembro de 2025.

Este Termo de Referência foi elaborado pelas seguintes pessoas:

Francisco Antonio Maruca
Agricultura e Meio Ambiente

Nos termos do que dispõe o art. 7º da Lei Federal nº 14.133/21, este Termo de Referência foi analisado e aprovado pelo ordenador de despesa abaixo assinado e identificado:

Tiago Alex Ravazzi
Prefeito Municipal